

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO  
ESPECIAL Nº 1.295.812 - SP (2018/0117611-9)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**EMBARGANTE : RUBENS PACOLA**  
**EMBARGANTE : MARIA LUCIA DA CRUZ PACOLA**  
**ADVOGADO : PAULO MORELI E OUTRO(S) - PR013052**  
**EMBARGADO : DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL**  
**ADVOGADOS : THIAGO TAGLIAFERRO LOPES E OUTRO(S) - SP208972**  
**JEFERSON ALEX SALVIATO - SP236655**  
**INTERES. : CIMASA MADEIRAS LTDA**

**EMENTA**

*EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE OS CASOS CONFRONTADOS. EMBARGOS INDEFERIDOS.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de embargos de divergência opostos por RUBENS PACOLA e MARIA LUCIA DA CRUZ PACOLA em face de acórdão proferido pela Quarta Turma do STJ (relatoria Min. Marco Buzzi) que, ao negar provimento ao agravo interno, manteve a decisão que negara provimento ao agravo em recurso especial, nos termos da seguinte ementa:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO RESCISÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO DEMANDANTE.*

*1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a decisão de mérito a que se refere o artigo 966 do CPC/15, sujeita a ação rescisória, é a que tenha feito juízo sobre a existência, inexistência ou o modo de ser da relação objeto da demanda, que tenha incursionado no direito material, projetando efeitos externamente ao processo e inviabilizando a rediscussão da matéria. Precedentes. 1.1. No caso, a decisão que afirmou apenas a inviabilidade de análise da matéria em sede de exceção de pré-executividade, deixando de apreciar o mérito das alegações, não está sujeita à impugnação pela via rescisória. Incidência da Súmula 83/STJ. 2. Agravo interno desprovido.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Em suas razões, os embargantes sustentam a existência de dissídio jurisprudencial com julgado da Terceira Turma (REsp 1.694.267/PE, Min. Nancy Andrighi), segundo o qual, no que interessa, *"a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sedimentou que a ação rescisória não pode ser liminarmente indeferida com base em fundamento que se confunde com o próprio mérito da causa"*.

É o breve relatório.

Decido.

Devem ser indeferidos os presentes embargos de divergência.

A teor do disposto nos arts. 1.043 do CPC/2015 e 266 do RISTJ, são cabíveis embargos de divergência, recurso cujo escopo é a uniformização da jurisprudência desta Corte, eliminando as dissidências internas quanto à interpretação do direito em tese, quando determinado órgão fracionário, julgando recurso especial, dissente de julgamento atual de qualquer outro órgão do mesmo tribunal.

No caso, entretanto, o dissídio aventado pelos embargantes não está configurado, na medida em que não há similitude fática e jurídica entre o julgado recorrido e o acórdão paradigma.

Isso porque, a 4ª Turma do STJ, ao negar provimento ao agravo interno e manter, via de consequência, a decisão que negara provimento ao agravo em recurso especial, afirmou, com base nas peculiaridades do caso e em jurisprudência do STJ sobre o tema, o descabimento da ação rescisória que impugna acórdão meramente terminativo - como no caso, em que se busca a rescisão de decisão que asseverou a inviabilidade de análise de matéria em exceção de pré-executividade.

De outro lado, o entendimento manifestado no julgamento do acórdão paradigma teve por base discussão completamente diversa, relacionada, consoante as razões trazidas pela Min. Nancy Andrighi, com a possibilidade de indeferimento liminar da petição inicial da ação rescisória com base na evidente ausência de violação literal de dispositivo legal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Bem se vê, portanto, que o precedente colacionado, por não se referir às mesmas circunstâncias, não infirma a orientação adotada pelo acórdão ora embargado.

**Ante o exposto, com fundamento no art. 266-C do Regimento Interno desta Corte, indefiro os embargos de divergência.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator

